

UMA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ana Waleska P. C. Mendonça (PUC-Rio)

Libânia Nacif Xavier (UFRJ)

Ao tomar posse no cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no dia 4 de julho de 1952, Anísio Teixeira enuncia com clareza a diretriz que, sem dúvida, iria nortear a sua atuação, durante os doze anos em que se manteve à frente do órgão.

No discurso então proferido, Anísio Teixeira propõe ampliar as funções do Instituto de forma a que este se torne “o centro de inspirações do magistério nacional para a formação daquela consciência educacional comum que, mais do que qualquer outra força, deverá dirigir e orientar a escola brasileira” (AT 52.06.04t, filme 11, fot 0634 a 0639, p.9). Tal proposta é profundamente coerente com a análise da educação brasileira que o educador desenvolve na primeira parte do seu discurso. Para ele, é chegado o momento de “dar início a um movimento de reavaliação e reavaliação de nossos esforços em educação” (idem, ibidem, p.7), afirmando, à frente:

Não podemos continuar a crescer do modo por que vamos crescendo, por que isto não é crescer, mas dissolver-nos. Precisamos voltar à idéia de que há passos e etapas cronologicamente inevitáveis, para qualquer progresso. Assim é que **não podemos fazer escolas sem professores, seja qual for o nível das mesmas, e, muito menos, ante a falta de professores, improvisar, sem recorrer a elementos de um outro meio, escolas para o preparo de tais professores. Depois não podemos fazer escolas sem livros. E tudo isto estamos fazendo, invertendo, de modo singular, a marcha natural das coisas (Idem, ibidem, p. 8, grifos meus).**

Como assinala Venâncio Filho (2005), o discurso de posse no INEP de Anísio Teixeira “não é um simples discurso protocolar em que um novo administrador, em frases vagas e afirmações protocolares, expõe projetos anódinos”, mas um “verdadeiro programa de governo”, que estabelece “as linhas de uma ação firme e atuante no setor da educação” (p. 36).

Nesta primeira parte do texto, propomo-nos a analisar a trajetória do INEP, ao longo dos anos em que Anísio Teixeira esteve à sua frente, tentando mostrar que a questão da formação dos professores, especialmente para a escola primária, foi um dos eixos que norteou o conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo órgão durante esse período. Tais iniciativas configuraram uma política de formação do “magistério nacional”, que pressupunha e buscava promover uma autêntica “refundação” do lugar do professor, segundo a feliz expressão recentemente cunhada por Freitas (2005). Uma política, a um só tempo, nacional, porque empenhava, através do INEP, o próprio Ministério da Educação - a quem se atribuía a “assessoria técnica” e o necessário

respaldo financeiro - e regional, pois buscava adaptar-se às características e necessidades de cada região, através da rede constituída pelos centros regionais de pesquisa e de treinamento de professores. E que se expressava em três âmbitos de atuação do órgão: as publicações dirigidas aos professores, tanto de textos didáticos, quanto de livros voltados para a análise e interpretação dos problemas brasileiros, com ênfase no conhecimento da situação educacional; as escolas e classes experimentais, também organizadas como espaços de formação, e os cursos propriamente ditos para a qualificação de professores e especialistas.

Na tentativa de reconstruir a trajetória institucional do INEP, durante a gestão de Anísio Teixeira, utilizaremos basicamente dois tipos de fonte documental: a documentação coletada no Arquivo pessoal de Anísio Teixeira, no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, particularmente na série temáticos/INEP, e alguns artigos publicados, ao longo deste período, na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*¹ e na *Educação e Ciências Sociais*². Ainda nos serviremos de um extenso relatório do MEC (Ministério de Educação e Cultura), referente ao quinquênio 1956-1960, localizado na biblioteca do Espaço Anísio Teixeira da Universidade Federal do Rio de Janeiro³. Apesar do caráter fragmentário e bastante heterogêneo desta documentação, ela permitiu identificar com clareza três momentos distintos de funcionamento do órgão, no período em estudo, que analisamos a seguir. Em cada um desses momentos, Anísio Teixeira desenvolveu um conjunto diferenciado de estratégias que lhe permitiram imprimir sua marca pessoal no INEP, fazendo com que esta instituição assumisse uma posição peculiar e de absoluta centralidade no interior do Ministério.

Os anos iniciais (1952-1955): ensaio e experimentação

Anísio Teixeira toma posse na direção do INEP em substituição a Murilo Braga de Carvalho, tragicamente falecido em um acidente de avião.

Cumprir lembrar que, durante a gestão de Murilo Braga, o INEP assumiu a administração dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, criado em 1942, e sua aplicação, em decorrência da extinção da antiga Diretoria do Ensino Primário e passagem das suas atribuições para o Instituto. Com a previsão de uma parcela de recursos do Fundo a ser aplicada no

¹ A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* é uma publicação oficial do INEP. Editada desde 1942, comemorou, recentemente, 60 anos de existência.

² A revista *Educação e Ciências Sociais* foi o principal veículo de divulgação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). A revista teve 10 números publicados, entre março de 1956 e setembro de 1962.

³ O Espaço Anísio Teixeira, situado no Campus da Praia Vermelha da UFRJ, abriga parte significativa do acervo da antiga Biblioteca do CBPE, organizada durante a gestão de Anísio Teixeira.

aperfeiçoamento de professores, iniciou-se um sistema de cursos no Rio de Janeiro, com a concessão de bolsas para professores do interior. Tais cursos foram regulamentados através do Decreto-lei nº 8583/46, que dispunha sobre a organização dos mesmos.

Anísio Teixeira não só dá continuidade a esta política iniciada na gestão anterior, como assume, desde o início, que a questão da qualificação do professor é não só a estratégia central do processo de “reconstrução” da educação nacional, para adequá-la às necessidades do desenvolvimento do país, como também, a forma privilegiada de o INEP desempenhar sua atribuição de prestar assistência técnica aos estados. Essa posição fica claramente explicitada em um documento do Arquivo do CPDOC, datado de 23/09/1952⁴. Neste documento, as atribuições do INEP já se encontram claramente definidas, embora Anísio tenha tomado posse apenas três meses antes da data indicada. Reconhece-se que o INEP, “além da sua função de órgão de estudos da educação nacional, em todos os seus aspectos, desenvolve um programa de assistência financeira e técnica aos Estados, no campo do ensino, em virtude de lhe haver sido atribuída a administração do Fundo Nacional do Ensino Primário” e define-se como uma das linhas de trabalho do órgão a assistência técnica aos estados, “**mediante estágios de aperfeiçoamento de professores**” (grifos nossos).

Em um outro documento intitulado *INEP – Relatório de 1952*⁵, faz-se referência à proposta de criação de um “centro nacional de preparo de professores e especialistas de educação”, que deveria abastecer os “centros regionais”. A criação deste centro estaria em estudo, “com a colaboração da UNESCO e dos Negócios Interamericanos”, podendo ser a semente do “Centro Nacional do Preparo de Professores e Especialistas de Educação, necessário para que o programa de assistência técnica ao ensino dos estados venha a ter a eficácia desejada”.

É muito significativo perceber que a proposta de organização de uma rede de **centros de treinamento de professores** tenha antecedido a proposta que depois se concretizaria de criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos Centros Regionais **de Pesquisa** (CRPEs). Esta proposta inicial seria posteriormente retomada por Anísio e alguns destes centros de treinamento de professores chegaram a ser instalados, como se verá a seguir, constituindo-se, desta forma, a partir do INEP/CBPE, uma segunda rede, que incorpora a constituída pelos centros de pesquisa, mas que é mais ampla, não se identificando totalmente com ela.

De qualquer forma, cumpre destacar, que, explicitamente, os centros de pesquisa incluíam, entre seus objetivos, o “treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas de educação e professores de escolas normais e

⁴ AT 52.06.04 t, filme 13, fot 0081-0085.

⁵ AT 52.06.04 t, filme 13, fot 0144-0145.

primárias” (item IV do art. 1.1, do Decreto 38 460, de 28/12/1955), incorporando, dessa forma, as atribuições previstas para os centros de treinamento de professores.

Nessa primeira fase de funcionamento do INEP, sob a direção de Anísio Teixeira, as primeiras iniciativas no sentido de imprimir ao órgão a sua marca pessoal (ou o seu “projeto”), constituíram-se na criação de duas campanhas: a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), em julho de 1952, e a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), em março de 1953, que serão estudadas a seguir.

Gostaríamos de destacar um (longo) trecho da exposição de motivos encaminhada pelo Ministro da Educação à Presidência da República, justificando a criação da CALDEME. A transcrição se justifica pela sua relevância para os fins do nosso trabalho, como se poderá constatar abaixo:

A assistência técnica ao professorado constitui uma das funções mais importantes dos serviços educacionais, qualquer que seja a jurisdição que se situem. Uma tal assistência é infinitamente mais valiosa do que normas coercitivas, sobretudo partindo da esfera federal. A sua necessidade tanto se faz sentir em relação ao professorado de alto preparo quanto ao de formação deficiente. Ambos dela se utilizarão na medida de suas forças, uns e outros aproveitando-se dos ensinamentos e sugestões.

Há dois métodos principais de prestar a assistência técnica; ou tornando acessíveis aos professores cursos de aperfeiçoamento; ou fazendo chegar às suas mãos guias ou manuais escritos especialmente para a sua orientação. Apesar das vantagens inegáveis da instrução pessoal, ambos os métodos precisam ser usados simultaneamente. Entre outros motivos para isto se destaca o seguinte: os cursos de aperfeiçoamento, para atingirem repetidamente a massa do professorado no país, e, ao mesmo tempo, manterem o alto padrão que lhes compete, exigiriam um pessoal numeroso, com elevado preparo, e recursos financeiros extraordinários.

Não é justo aguardar a oportunidade para tais recursos. O justo clamor provocado pelas deficiências qualitativas do nosso ensino está exigindo providências urgentes, **Cumprir iniciar uma campanha tenaz que vise acudir, sem demora, ao professorado, fornecendo os instrumentos básicos de trabalho e sugestões para o progresso contínuo do ensino** (CBPE, 1956, p. 27-28, grifos meus).

Os anos áureos (1956-1960): a rede posta em ação

Em 11 de novembro de 1953, Anísio Teixeira criava o Centro de Documentação Pedagógica, que visava sistematizar e integrar os trabalhos desenvolvidos pelas duas campanhas e por outros setores do INEP. A constituição deste Centro configurou-se como a etapa final do processo que culminou com a criação do CBPE, que, não só se configuraria como o órgão coordenador das atividades desenvolvidas, mas se constituiria no verdadeiro braço executivo do primeiro. Com isto, entra-se no que parece ser o período áureo do INEP, durante a gestão de Anísio Teixeira, que corresponde, igualmente, a um momento de maior estabilidade institucional e política do país, sob o governo de Juscelino Kubistchek.

Para análise deste período, a fonte documental privilegiada será o extenso relatório quinquenal do MEC, a que se fez referência acima. Este documento comprova, sem dúvida, o papel absolutamente central ocupado pelo INEP/ CBPE no âmbito das políticas desenvolvidas à época pelo MEC. Particularmente, a parte do relatório referente ao *Ensino Primário* aponta para a presença do INEP neste setor, como seu verdadeiro órgão executivo.

Três campanhas vinculadas a este nível de ensino estão diretamente subordinadas ao órgão, articulando-se com os seus objetivos: as Campanhas de Construções e Equipamentos Escolares, de Aperfeiçoamento do Magistério Primário e de Educação Complementar.

As atividades desenvolvidas pela Coordenação dos Cursos do INEP (à qual se vincula a Campanha de Aperfeiçoamento do Magistério Primário) aparecem detalhadamente descritas, relacionando-se os diferentes cursos e estágios promovidos pelo órgão - “no cumprimento de sua finalidade de prestar assistência técnica ao magistério”, e com a colaboração dos Centros Regionais da Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul - bem como o número de profissionais atendidos.

A Campanha de Construções e Equipamentos Escolares também se articula com as políticas de qualificação do magistério, ao financiar a construção e a melhoria de Escolas Normais, justificando-se a alocação de recursos para esta finalidade pela “estreita ligação existente entre o curso de formação de professores e o nível qualitativo das escolas primárias” (p.19).

Os parágrafos seguintes sintetizam a política para o ensino primário praticada pelo INEP, ao longo dos anos em estudo:

Visando proporcionar meios para a melhoria do ensino primário, o Governo Federal criou o Fundo Nacional do Ensino Primário e, por intermédio da “Campanha de Construções e Equipamentos Escolares”, da “Campanha de Aperfeiçoamento do Magistério Primário” e da “Campanha de Educação Complementar”, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, vem concedendo, desde 1946, auxílios financeiros: a) para a construção e melhoria da rede escolar primária; b) **para preparar maior número de professores especializados, administradores de ensino e líderes educacionais de alta qualificação, que vão constituindo ano a ano, em seus Estados, um grupo cada vez maior de elementos capacitados para colaborar na revisão e reforma da situação educacional vigente;** c) para a criação e auxílio de manutenção dos cursos primários complementares com oficinas de artes industriais, estendendo para seis anos a escolaridade primária.

Além deste programa de assistência técnica, mantém ainda o INEP uma atuação permanente junto às Unidades Federadas por intermédio dos seus Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, sediados em Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, **onde Escolas Primárias de Demonstração ou Experimentais já estão em funcionamento ou sendo construídas, para servir de campo de aperfeiçoamento do professorado local e de outros Estados** (p. 14-15, grifos nossos).

Por fim, na parte do relatório em que se descrevem as atividades do CBPE e dos Centros Regionais de Pesquisa, deixa-se claro que a “elaboração gradual de uma política educacional para

o País” é o objetivo maior, para o qual a pesquisa das condições culturais e escolares deve oferecer uma base científica, assumindo que a esses órgãos:

(...) compete a elaboração de planos, recomendações e sugestões para revisão e reconstrução educacional do País, nos níveis primário, médio e superior, através da publicação de livros fonte e de texto, preparo de material de ensino, estudos sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, filosofia da educação, medidas escolares **e quaisquer outros temas que concorram para o aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas em educação e professores de escolas normais e primárias** (p. 193, grifos nossos).

As Campanhas do MEC e suas relações com a qualificação de professores

Um olhar sobre as políticas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com foco nas publicações voltadas para a qualificação de professores demonstra que estas se inserem em uma estratégia administrativa largamente utilizada pela instituição no período: o *campanhismo*.

Como estratégia institucional, o *campanhismo* correspondeu a uma estrutura vertical e centralizada, composta por agências independentes umas das outras, porém subordinadas ao órgão central, no caso, o MEC. Ao estudar o *campanhismo* na área de saúde, André Luiz Vieira de Campos (2000:202) observa que esse modelo fora criticado, já nos anos de 1948, por ser considerado ineficaz e dispendioso. De acordo com o autor, a razão de tal crítica estaria na própria estrutura do modelo, formado por uma miríade de agências específicas e autônomas, sem coordenação entre si e sem relação com os órgãos regionais. Em que pese as distinções entre as áreas de saúde e de educação cabe assinalar que a existência de tantas Campanhas Educacionais é um aspecto que requer um questionamento mais minucioso a respeito da pertinência desse modelo com as diretrizes políticas adotadas pelo MEC.

O Relatório Quinquenal do MEC exhibe uma profusão de Campanhas em curso no período. No âmbito do Ensino Primário, figuram as Campanhas de Construção e Equipamentos Escolares; de Erradicação do Analfabetismo; de Educação de Adolescentes e Adultos ao lado das Campanhas Nacionais de Educação Rural e de Merenda Escolar. No âmbito do Ensino Secundário, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos é a que mais se destaca dentre as demais, destinadas à Educação de Cegos; à Assistência aos Estudantes e à Educação Física. No Ensino Superior, a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior já aponta as bases sobre as quais se daria o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil.

Porém, o recorte estabelecido para a presente pesquisa centrou foco na política de publicações e sua relação com a qualificação de professores, destacando, entre estas, três Campanhas implementadas pelo Ministério: a CALDEME (Campanha do Livro Didático e

Manuais de Ensino)⁶, a CILEME (Campanha de Levantamentos e Inquéritos para o Ensino Médio e Elementar)⁷ e a CADES (Campanha de Difusão e Desenvolvimento do Ensino Secundário)⁸. Tais Campanhas se enquadram no amplo organograma que compõe a estrutura do MEC no quinquênio 1956-1960⁹ ao mesmo tempo em que revelam as concepções e estilos de ação dos educadores que nelas estiveram envolvidos.¹⁰

Entendidas como estratégias intervenção do órgão responsável pela organização do ensino em nível nacional, tais campanhas expressam as preocupações dos educadores nucleados no MEC em adequar o sistema de ensino às expectativas de profissionalização do magistério e de renovação das práticas pedagógicas em curso. Com base na análise das publicações resultantes destas campanhas, podemos afirmar que a motivação central das mesmas foi a de provocar mudanças nas culturas escolares com base na crença de que, para tal, era necessário difundir certos conhecimentos pedagógicos ao lado de um conjunto de conhecimentos específicos das disciplinas que compunham os currículos escolares em seus diferentes níveis e áreas de saber.

As três Campanhas se apoiaram em uma política de publicações – de livros didáticos, de estudos *sócio-antropológicos* ou de revistas especializadas – dirigidas aos professores. Em alguns casos, como no caso da CALDEME e da CILEME, a política de publicações representou um tipo de estratégia cujo objetivo principal era ampliar o conhecimento dos professores sobre os conteúdos do currículo escolar, bem como sobre a situação do ensino e da realidade nacional. Já no caso da CADES, a publicação de uma revista destinada ao magistério se apresenta como uma

⁶ A CALDEME tinha como objetivo principal, estabelecer as bases para a formulação de manuais que funcionassem como guias para o professorado de nível elementar (fundamental) e secundário (médio), nas diferentes disciplinas constantes do currículo do ensino de grau médio ou secundário. Suas publicações visavam contribuir para a renovação da literatura pedagógica, mediante a revisão de livros de leitura e a análise dos livros didáticos em uso nas escolas; a elaboração e distribuição de guias de ensino, livros textos e manuais para o professorado da rede pública de ensino, além de material didático para uso do aluno.

⁷ A CILEME foi regulamentada e instalada no primeiro semestre de 1953, com base na Portaria nº 160 de 26 de março de 1953. A referida Campanha pretendia dotar o MEC de um amplo quadro, numérico, *ao mesmo tempo descritivo e interpretativo*, do ensino médio e elementar em nível nacional, a fim de que profissionais e usuários pudessem *apreciar as deficiências e as dificuldades de uma expansão levada a efeito, em muitos casos, com apreciável perda de padrões.*⁷ Assim o objetivo central era reunir dados sobre o sistema de ensino, introduzindo a pesquisa de levantamentos e de diagnóstico e a perspectiva do planejamento racional aplicado ao gerenciamento dos sistemas de ensino.

⁸ Criada em 1953 pelo Presidente Getúlio Vargas a CADES tinha como objetivo principal elevar o nível do ensino secundário assim como difundir-lo.⁸ Nesse sentido, desenvolveu as seguintes linhas de ação : 1) Promover cursos e estágios de aperfeiçoamento para professores, técnicos e diretores do ensino secundário; 2) Oferecer bolsas de aperfeiçoamento no país e no exterior; 3) Realizar estudos dos programas e métodos de ensino no ensino secundário. A partir de 1956, sob o governo de Juscelino Kubitschek, Gildásio Amado assumiu a CADES, ampliando a ação da campanha e promovendo a descentralização de suas ações, com a criação das Inspetorias seccionais.

⁹ Cf. Organização do Ministério da Educação e Cultura do Brasil em 1958. *RBEP – INEP / MEC*, 34(80): 100-118, out.dez, 1960.

¹⁰ Jayme Abreu e João Roberto Moreira atuaram na coordenação da CILEME e se destacam pelas publicações assinadas por eles sob a forma de livros, pela Editora do CBPE / INEP / MEC e sob a forma de artigos, na Revista *Brasileira de Estudos Pedagógicos* do INEP / MEC. Em relação a CADES, Luiz Alves de Mattos e Lauro de Oliveira Lima destacam-se pelos artigos que publicaram na Revista *Escola Secundária* da CADES / DESE / MEC. Cf: Xavier (2004 a,b).

ação complementar aos propósitos de qualificar e certificar os profissionais que atuavam como professores nas escolas secundárias, particularmente nas escolas do interior do país, muitos dos quais não possuíam formação e / ou certificação pedagógica para exercerem esta função.

Ao promoverem esforços no sentido do levantamento de dados para diagnóstico da situação educacional, por um lado e, por outro, ao propiciarem a produção e reprodução de manuais didáticos dirigidos aos professores de diferentes disciplinas, buscando, ainda, divulgar publicações que servissem como subsídio à gestão e à didática no ensino secundário, as três Campanhas alimentaram a política de publicações implementada pelo INEP, particularmente após a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) , pelo Decreto nº 38.460 de 28 de dezembro de 1955.¹¹

Os resultados das pesquisas realizadas no âmbito da CILEME, assim como os Materiais de Ensino levantados ou produzidos no âmbito da CALDEME tiveram no CBPE o lócus de visibilidade de suas ações assim como a via de disseminação das informações, avaliações e diagnósticos ali elaborados. Dentre os desdobramentos das ações do CBPE, destaca-se um conjunto significativo de publicações,¹² evidenciando-se, nesse conjunto, certa interlocução entre as três Campanhas descritas anteriormente. Assim, tanto a publicações de materiais didáticos quanto de revistas especializadas funcionaram como veículos de comunicação dos técnicos do MEC entre si e destes com os professores atuantes nas escolas do país. Ao mesmo tempo, verificamos haver um intercâmbio, ainda que restrito, entre os objetivos e ações das três Campanhas e a seleção de estudos e experiências publicados, até o final da década de 1960, quando se verifica um progressivo rareamento das referidas publicações.

Os anos finais: a crise do CBPE e as tentativas de institucionalização das políticas do INEP (1961-1964)

A documentação de que se dispõe referente aos quatro últimos anos da gestão de Anísio Teixeira à frente do INEP, aponta em direções aparentemente contraditórias. Por um lado, há indícios evidentes de uma crise interna, que se reflete particularmente sobre as atividades de pesquisa do CBPE. A partir de 1961, a pesquisa em ciências sociais sofre um significativo

¹¹ Como órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), o CBPE absorveu a CILEME e a CALDEME e promoveu o desenvolvimento de um amplo programa de pesquisas sobre os problemas da educação escolar brasileira por meio de seus Centros Regionais. Cf: Xavier,1999.

¹² Em trabalho anterior (Xavier,2004 a), nós identificamos as linhas de publicação do CBPE no decênio 1955-1965, totalizando onze séries ou linhas de publicação. São as seguintes: Série Guias de Ensino; Livros de Texto; Livros Fonte; Currículo, Programas e Métodos; Inquéritos e Levantamentos; Sociedade e Educação; Cursos e Conferências; Pesquisas e Monografias; Levantamentos Bibliográficos; Publicações diversas; Os Grandes Educadores Brasileiros.

esvaziamento que se poderia, a meu ver, atribuir a um conjunto de circunstâncias externas e internas.

Por outro lado, há uma série de tentativas de consolidar o trabalho desenvolvido pelo INEP, pela via da institucionalização, seja da posição ocupada e do papel exercido pelo órgão no âmbito do MEC, seja das suas atividades e da rede constituída com o objetivo do seu desenvolvimento de forma regionalizada. Essa rede, inclusive, se duplica com a criação e expansão dos centros de treinamento de professores.

Em 1962, há uma clara tentativa de formalização da posição central ocupada pelo INEP no contexto do MEC, bem como da sua estrutura regionalizada, com a proposta de reorganização do Ministério, encaminhada por Darcy Ribeiro, à época Ministro da Educação, ao Congresso Nacional. Numa outra direção, Anísio Teixeira se empenha em incorporar os seus projetos, particularmente a proposta de criação dos Centros de Treinamento de Professores, aos sucessivos Planos de Educação, elaborados a partir de 1961.

O documento intitulado “Súmula das atividades em 1963¹³”, traz uma série de informações que confirmam as observações que vimos fazendo. No item introdutório, afirma-se explicitamente que ao INEP “compete, atualmente, estudos e pesquisas aplicadas **no aperfeiçoamento do magistério**”, embora se reconheça existir ainda “um resíduo de sua atividade em construções escolares” (p.1, grifos meus). Sua tarefa principal consistiria na “orientação e administração dos Centros de Pesquisas Educacionais e **dos Centros de Treinamento, ora em fase de implantação**” (idem, ibidem), constituindo o CBPE e os centros regionais, “os órgãos principais da rede nacional em que se desdobra a atuação do INEP” (idem, ibidem). Enfatiza-se, ainda, que “os trabalhos de pesquisa nos diversos Centros **são acompanhados sempre de experimentação nas Escolas de Demonstração**”, fazendo-se uma referência explícita aos Cursos de Formação de Supervisores, que viriam “**a complementar a ação de aperfeiçoamento do magistério, que é hoje função específica do I.N.E.P.**” (idem, ibidem)

Como se pode facilmente constatar, a qualificação do magistério assume uma absoluta centralidade nas políticas do órgão. A esse respeito é significativo que o item do relatório referente aos Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento do Magistério se constitua na parte mais extensa do relatório, descrevendo-se detalhadamente as várias atividades desenvolvidas.

Chama a atenção na descrição que é feita dessas atividades, não só o número elevado de professores atendidos, como também o percentual significativo de professores cursistas provenientes das regiões nordeste e centro-oeste, além da circulação dos bolsistas que

¹³ AT 52.06.04, filme 13, fot 0056-0071

normalmente se deslocavam dos seus locais de origem para a realização dos cursos, e ainda as articulações estabelecidas pelo INEP com diferentes tipos de instituições, para além da sua rede de centros de pesquisa e de treinamento de professores.

Sem dúvida, faltam estudos que nos permitam avaliar com maior segurança o efetivo impacto destas políticas desenvolvidas pelo INEP, ao longo dos anos em estudo. A sua interrupção prematura certamente impediu o seu maior alcance. Seria preciso rastrear nos diversos estados atingidos o desenvolvimento e os resultados das iniciativas encaminhadas, bem como escrever a história individual de cada um dos componentes desta rede construída a partir do INEP/CBPE. É significativo, entretanto, a esse respeito, que o desmonte de toda essa estrutura criada por Anísio Teixeira, se fez, na segunda metade dos anos 1960 e no início dos anos 1970, sob a égide da racionalização administrativa.

Referências Bibliográficas

BRASIL. MEC. *Relatório Quinquenal do Ministério da Educação e Cultura (1956-1960)*.

CAMPOS, André Luiz Vieira. Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o serviço especial de saúde pública. In GOMES, Ângela de Castro (org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, FGV / EDUSF.

ESCOLA Secundária, CADES / MEC, n.01, junho / 1957.

FREITAS, Marcos Cezar, (2005). Pintar um mosaico num grão de mostarda: a educação e a crise brasileira no pensamento social de Anísio Teixeira. In TEIXEIRA, Anísio, (2005). *A educação e a crise brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. (1997). A experiência do CBPE: um projeto de Anísio Teixeira. BRANDÃO, Zaia e MENDONÇA, Ana W.P.C. (orgs.) *Uma tradição esquecida: por que não lemos Anísio Teixeira?* Rio de Janeiro, Ravil / Coleção da Escola de Professores.

VENÂNCIO FILHO, Alberto, (2005). A educação e a crise brasileira (prefácio). In TEIXEIRA, Anísio, (2005). *A educação e a crise brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

XAVIER, Libânia Nacif (2004a). *Espaço Anísio Teixeira: referência para a pesquisa educacional no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/IBAP, CD-Rom.

_____ (2004b). As publicações do CBPE e sua importância para a pesquisa educacional no Brasil. In *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação – SBHE*. Curitiba, CD-Rom.

_____ (1999). *O Brasil como Laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1950-1960)*. Bragança Paulista, EDUSF.

